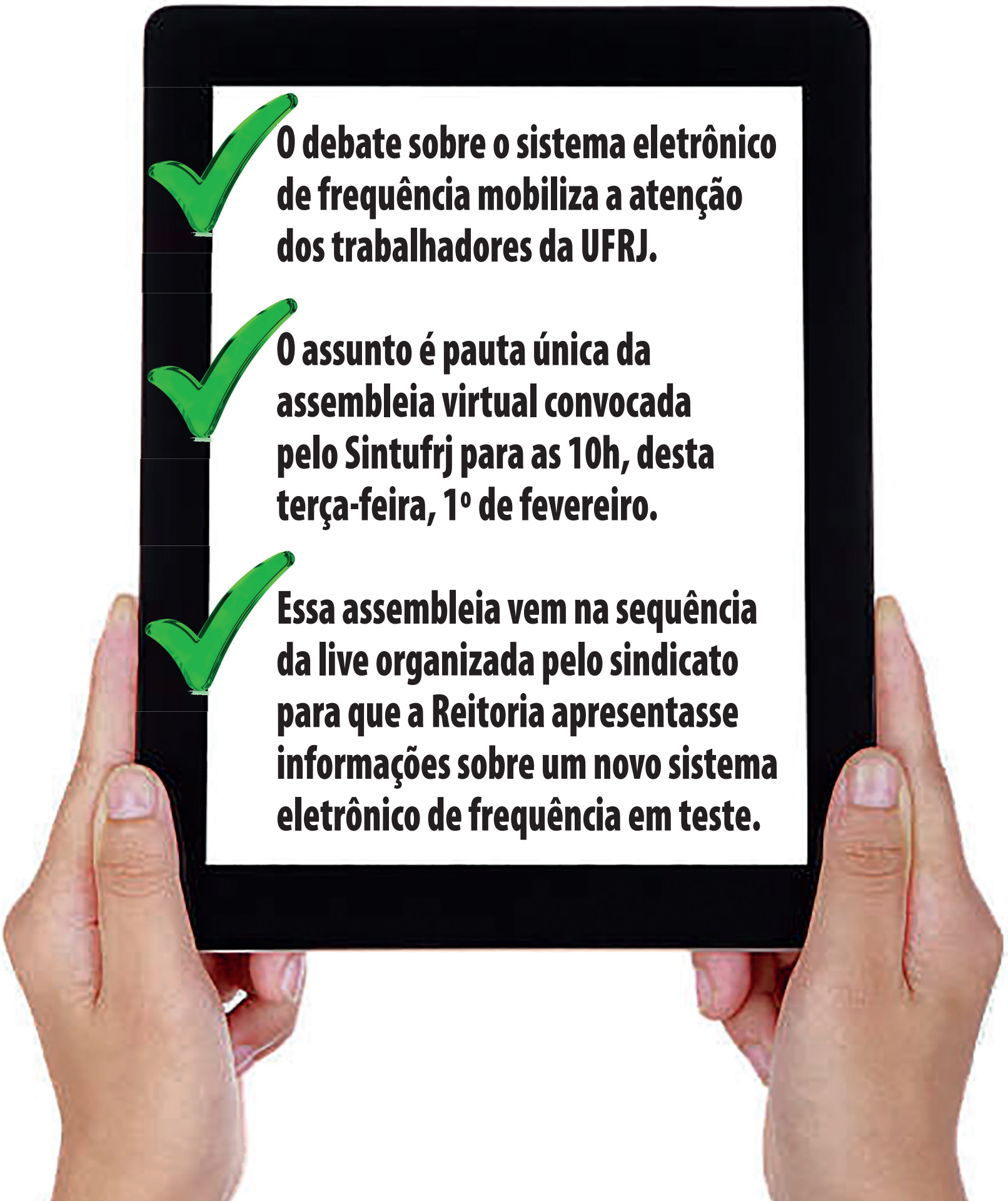
Jornal do Sintufrj

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXVII - Nº 1357 | 31 de janeiro a 6 de fevereiro de 2022 | www.sintufrj.org.br

NO CENTRO DA POLÊMICA



O debate sobre o sistema eletrônico de frequência mobiliza a atenção dos trabalhadores da UFRJ.

O assunto é pauta única da assembleia virtual convocada pelo Sintufrj para as 10h, desta terça-feira, 1º de fevereiro.

Essa assembleia vem na sequência da live organizada pelo sindicato para que a Reitoria apresentasse informações sobre um novo sistema eletrônico de frequência em teste.

Alerta do Sintufrj sobre retorno presencial

A Reitoria da UFRJ respondeu ao ofício do Sintufrj que solicitava a suspensão por mais 15 dias do retorno ao trabalho presencial. Em nota, a Reitoria afirma que "nosso GT (científico) tem boas razões para, neste momento, recomendar o retorno às atividades que estavam em andamento a partir do início do segundo semestre letivo de 2021".

NESTE SENTIDO, O SINTUFRJ ENTENDE QUE:

• O retorno vale APENAS para as atividades presenciais que já estavam em curso (aulas práticas e atividades de pesquisa e extensão), não valendo para todas as atividades;

• Dadas as condições sanitárias, o retorno a estas atividades específicas deve se dar de forma organizada, com o mínimo de pessoas necessárias ao seu funcionamento, garantindo rodízio e uso de EPI;

• Os trabalhadores e trabalhadoras devem se organizar coletivamente para construir uma lógica de funcionamento que avalie as condições de infraestrutura, contemple as especificidades de cada setor e preserve a vida;

• Todas as demais atividades devem permanecer funcionando em formato preferencialmente remoto.

Caso a sua chefia adote procedimentos que fujam desta lógica, como pressão para o retorno imediato de setores não-essenciais, constrangimentos individuais etc., procure imediatamente o sindicato.

MOVIMENTO

Trabalhadores definem ações de mobilização para campanha salarial

Calendário imediato de reuniões nos locais de trabalho terá, entre pontos de pauta, campanha salarial e greve dos servidores públicos federais, além de organização do trabalho, ponto eletrônico e fora Ebserh!

Os trabalhadores da UFRJ reunidos em Assembleia Geral do Sintufrj, em ambiente virtual, na quinta-feira, 27 – que teve como pontos de pauta, conjuntura, greve, campanha salarial e ponto eletrônico –, aprovaram a seguinte proposta:

1) Que a Fasubra construa com as demais entidades audiências com os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e do Supremo Tribunal Federal (STF), para apresentar a pauta de reivindicações protocolada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e expressar a indignação existente entre os Servidores Públicos federais (SPFs), particularmente os das Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs), com a aprovação desse orçamento criminoso .

2) Que a Fasubra elabore urgentemente uma análise do orçamento publicado no D.O. de 24/01/2022 e apresente para o conjunto da categoria em todo o país.

3) Que a Fasubra, juntamente com o Fonasefe, construa urgentemente uma campanha de denúncia a respeito do orçamento a ser divulgada nos vários meios de comunicação (jornais, TV, redes sociais) alertando a população sobre a vergonhosa escolha feita pelo governo. Sem saúde, sem educação, sem ciência. Dinheiro do povo usado contra o povo.

4) Que se construa um calendário de lutas nos moldes da luta contra a PEC 32 com pressão em Brasília e nos estados sobre os parlamentares, atos nas datas do encontro com os presidentes da Câmara, do Senado e do STF.

5) Que se mantenha rodadas de AGs nas IFEs mobilizando a categoria em nível nacional, intensificando dias nacionais de luta, avaliando o desenrolar do movimento e a radicalização das formas de luta caso se faça necessário.

6) Que os setores jurídicos das entidades nacionais de SPFs elaborem ações junto ao STF sobre a discriminação em relação ao reajuste salarial dos servidores públicos federais.

7) Que seja aprovado o estado de mobilização permanente na base da Fasubra.

8) Que a Fasubra retome o debate nacional sobre a reorganização do trabalho e a jornada de 30 horas.

9) Pela derrubada da Reforma Trabalhista, retomada do desenvolvimento industrial e geração de empregos para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, pela derrubada do teto de gastos e investimentos para tirar o povo da miséria e da fome.

10) Caravana Nacional de 16 de março (o Sintufrj deve ter a perspectiva de dois ônibus, avaliando o quadro pandêmico).

11) Calendário imediato de reuniões nos locais de trabalho tendo como pauta:

• campanha salarial e greve dos SPFs;

• organização do trabalho no novo cenário a partir da pandemia (incluindo a discussão das 30 horas);

• ponto eletrônico;

• fora Ebserh.

Íntegra da assembleia no canal do YouTube do Sintufrj.

Sintufrj
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CNPJ:42126300/0001-61
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598

EXPEDIENTE
Coordenação de Comunicação Sindical: Kátia da Conceição (in memoriam), Marisa Araujo e Paulo César dos S. Marinho / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Equipe de Edição:** Ana de Angelis, Bernardo Cotrim e L. Maranhão / **Reportagem**: Ana de Angelis, Eliane Amaral e Regina Rocha / **Social Mídia:** Lucas Azevedo / **Projeto Gráfico:** Jamil Malafaia / **Diagramação**: Luis Fernando Couto, Edilson Soares Martins e Jamil Malafaia / **Fotografia:** Renan Silva / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem:** 1000 exemplares / *As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical* / **Impressão:** 3graf (21) 3860-0100.

FALE COM A REDAÇÃO: comunic@sintufrj.org.br.

FREQUÊNCIA

SISTEMA ELETRÔNICO GERA POLÊMICA NA UFRJ

A adoção de um sistema eletrônico de frequência pela UFRJ atende a uma exigência dos órgãos de controle. O processo de estudo foi iniciado em 2018 e consta no SEI sob o número 23079.062062/2018-34.

Estudo realizado junto ao Forgepe - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas – em fevereiro de 2021, constatou que a maioria das universidades federais já implantou mecanismo eletrônico de aferição da frequência.

O levantamento apontou também que outras 9 universidades encontravam-se em processo de implantação, elevando o número para 41 IFEs – cerca de 80% do total.

Outro dado da pesquisa que salta aos olhos é a pequena quantidade de universidades que desenvolveram sistemas próprios de controle: apenas 9 universidades.

Apesar de desatualizada, a pesquisa dá um panorama geral da situação nas universidades brasileiras. A maioria das universidades inclusive utiliza sistemas com controle biométrico – rechaçado pela categoria e completamente inadequado.

Além disso, existe a adesão crescente ao sistema desenvolvido pelo Ministério da Economia do Governo Bolsonaro. Matéria realizada pelo portal Metrópole informa que o número de universidades que aderiu ao SISREF é de nove instituições – o estudo feito junto ao FORGEPE cita apenas duas.

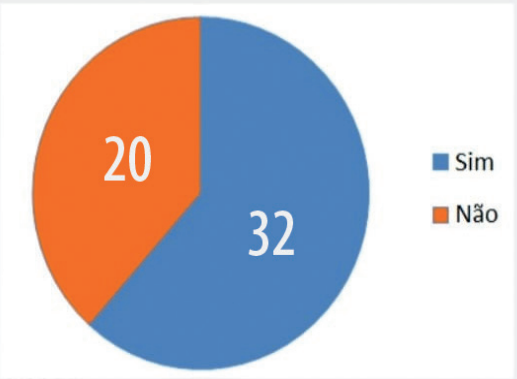
SINTUFRJ: "PRIORIDADE DEVE SER REGULAMENTAR O TRABALHO EXTERNO"

Para o Sintufrj, o sistema em estudo na UFRJ, iniciativa protagonizada por nossos colegas TAEs de criar uma tecnologia própria, reproduzindo a experiência de controle de frequência "em papel" historicamente utilizada pela universidade, é um aspecto positivo e que reforça a autonomia universitária, excluindo a biometria e permitindo adaptações que não prejudiquem os trabalhadores na organização dos plantões nas unidades hospitalares, as atividades de extensão e congressos profissionais, por exemplo.

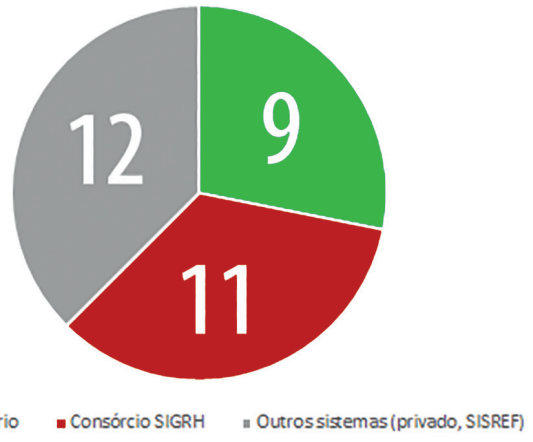
No entanto, o sindicato afirma que priorizar esta discussão neste momento é um erro. A prioridade deve ser a aprovação no Consuni da regulamentação do trabalho externo, proposta formulada pelo GT específico após inúmeros estudos e debates com os trabalhadores e trabalhadoras da UFRJ. "O trabalho externo é controlado por boletim semanal, o sistema eletrônico é apenas para o trabalho presencial. A UFRJ deve priorizar a regulamentação do trabalho externo e retomar o debate da reorganização do trabalho e da jornada", afirma Joana de Angelis, do Sintufrj, que coordenou o GT Trabalho Externo do Consuni.

A sua universidade utiliza sistema eletrônico de frequência?

Das participantes (52 IFES-), observamos que 20 (38%) das IFES não utilizam sistema de controle de frequência eletrônico e 32 (62%) utilizam.



Tipo de sistema eletrônico utilizado:



Sobre o sistema de controle de frequência, Joana reforça que "os estudos sobre o sistema devem absorver esta nova realidade do trabalho, e a proposta precisa passar por um longo debate interno com todas as unidades, absorvendo as sugestões da comunidade e aperfeiçoando a proposta, superando suas insuficiências. O Sintufrj vai lutar para que isso seja garantido".

LIVE ESCLARECE SOBRE AÇÕES JUDICIAIS

Já há 58 processos de execução do passivo do Plano Bresser na fase de pagamento, tanto que 36 pessoas já receberam. Quanto a execução do passivo dos 28,86%, já foram ajuizados 424 processos envolvendo mais de 3 mil servidores, embora em fase inicial. Estas foram algumas das informações prestadas na live organizada pelo Sintufrj.

Participaram os advogados Alexandre Fecher (área trabalhista do Departamento Jurídico) e Marcos Santos, da Assessoria Jurídica do Escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues sob a mediação da coordenadora-geral Gerly Miceli. O decreto presidencial (nº 10.629) que pode mudar o processo da aposentadoria também foi abordado.

A live está disponível no canal do Sintufrj no Youtube e no Facebook.

ANDAMENTO DOS PROCESSOS DO PLANO BRESSER

Foram ajuizadas 750 execuções para 3.778 servidores. Destas, 58 já têm trânsito em julgado, o que significa que só aguardam o pagamento. Inclusive seis destes processos já foram pagos beneficiando 36 servidores.

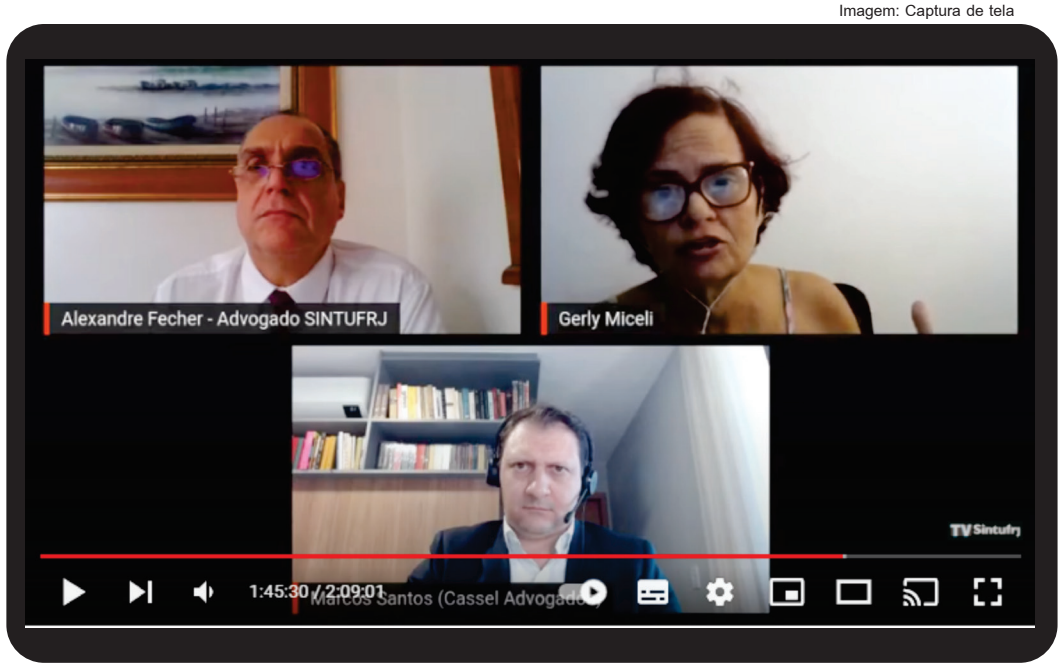
ANDAMENTO DOS PROCESSOS DOS 28,86%

Já foram ajuizadas 424 execuções para 3.301 servidores. Estes processos se encontram em fase inicial, ainda em discussões na primeira instância, tendo sido distribuídos para mais de 40 juízes.

ADI CONTRA O DECRETO Nº 10.620

O advogado Alexandre Fecher abordou reflexos do Decreto nº 10.620, de 2021. O decreto transfere para o INSS a responsabilidade pela concessão e manutenção de aposentadorias de servidores federais vinculados às autarquias (como as Universidades) e fundações, primeiro passo para a centralização, no INSS, de todas as aposentadorias e pensões dos servidores federais. Hoje, o requerimento da aposentadoria é feito diretamente no ente a que o servidor está vinculado.

Imagem: Captura de tela



Acrescentar a concessão e a manutenção de aposentadorias e pensões dos servidores significa exigir do INSS uma capacidade que já não possui. O objetivo da Luta, portanto, é a anulação do decreto que, a seu ver, é mais uma afronta à autonomia universitária.

Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 6767) foi ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores, no Supremo Tribunal Federal (STF), da qual o Sintufrj pediu para ingressar como amicus curiae (instituição que fornece subsídios às decisões).

REPOSIÇÃO AO ERÁRIO

Segundo Fecher, o Jurídico do Sintufrj vem recebendo consultas de servidores intimados sobre a necessidade de reposição ao erário referente a valores que, em tese, teriam sido pagos indevidamente e de estrita responsabilidade da UFRJ (por erro administrativo ou equívoco no processamento da folha de pagamento, quando da transição de ativo para aposentado, sob os mais variados títulos: auxílio-transporte, diferença de férias e 13º salário, adicional ocupacional etc.).

O Jurídico entende que não é devida a reposição ao erário como nos referidos casos e orienta a todos que receberem intimação, que requeiram as cópias dos processos administrativos pertinentes e entrem em contato com o departamento com vistas à elaboração de defesa e recursos administrativos, além dos ajuizamentos de ações, a depender de análise caso a caso.

GRANDE PARTICIPAÇÃO NO CHAT

Muitas perguntas foram feitas por meio do chat. Uma seleção de respostas dos advogados está disponível no site.

ATENÇÃO: ALERTA DE GOLPE

Estelionatários estão usando o nome da coordenadora-geral do Sintufrj, Gerly Miceli, - além de citar o escritório de advogados da assessoria jurídica da entidade - para tentar tirar dinheiro de servidores.

Um texto em papel com o timbre do Ministério da Justiça com o nome e CPF da pessoa está sendo enviado a sindicalizados prometendo a liberação de valores relacionados ao Plano Bresser (26,06%) e a atrasados dos 28,86%.

O texto da quadrilha de vigaristas indica telefones de contato para que você forneça seus dados pessoais e número de contas bancárias para que sejam feitos depósitos.

O Sindicato já denunciou o golpe à polícia e recomenda aos servidores que estejam recebendo o documento que não forneçam qualquer tipo de informação e denuncie o fato ao sindicato.